

PODER

Em busca de alternativa à anistia

Proposta de Alcolumbre tenta reduzir penas de golpistas no 8/1, mas enfrenta resistência de aliados de Bolsonaro e do STF

» ALÍCIA BERNARDES
» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIMA
» DANANDRA ROCHA

Carlos Moura/Agência Senado



Nos bastidores, parlamentares avaliam que Alcolumbre procura um caminho de equilíbrio, mas há resistência interna



Para nós, não interessa uma proposta que não inclua o presidente (ex-presidente Jair Bolsonaro). Essa é uma linha que não vamos ceder de início. O sonho é aprovar um texto que garanta, inclusive, a elegibilidade dele"

Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), deputado federal

convencido de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), vai pautar a anistia no plenário, ainda que sem prazo definido. "Ele não me deu nenhum cronograma, mas deixou claro que vai pautar. O que sabemos é que não será na próxima semana, porque será dedicada a votações remotas e consensuais. Portanto, a anistia ficará para outro momento", contou, após reunião ontem à noite com Motta.

Mapeamento

O líder do PL relatou, ainda, que o presidente da Câmara pediu que ele retorne na segunda-feira para uma nova rodada de conversas com líderes de partidos de centro, como União Brasil, PSD e Republicanos. O objetivo é mapear votos

e definir o perfil do relator da proposta. Sóstenes afirmou já estar preparando um levantamento preliminar e voltou a apostar em mais de 300 votos favoráveis.

Durante a coletiva, o deputado reforçou que a oposição não aceitará um texto que deixe Bolsonaro de fora. "Para nós, não interessa uma proposta que não inclua o presidente. (...) Essa é uma linha que não vamos ceder de início. O sonho é aprovar um texto que garanta, inclusive, a elegibilidade dele", destacou.

Sóstenes também criticou pressões externas sobre o Congresso. Sem citar nomes, disse que ministros do STF têm atuado de forma "antirrepublicana" ao tentar influenciar a pauta legislativa. "Cabe ao Parlamento decidir. Não é papel do Judiciário pressionar", declarou.

» Lula alerta para risco de aprovação do texto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que "é preciso ficar vigilante" ante as articulações em andamento no Congresso para anistiar os golpistas do 8/1. Ele alertou que a proposta tem chances reais de avançar. "Se for votar no Congresso, nós corremos o risco da anistia, porque o Congresso, vocês sabem, não é um Congresso eleito pela periferia. O Congresso tem ajudado o governo, aprovou quase tudo que o governo queria, mas a extrema-direita tem muita força ainda", disse, durante uma roda de conversa com comunicadores e ativistas no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte. Lula reforçou o discurso da soberania nacional e da defesa da democracia, que foi central na disputa das eleições de 2022. "Penso que temos oportunidade histórica de consolidar o país como democrático, soberano, que tem como único mandante o seu povo", frisou.

O líder do PL disse não acreditar que Alcolumbre consiga segurar a tramitação da proposta, caso o texto chegue à outra Casa. Ele reagiu a articulações que apontam para um texto alternativo, que reduziria penas, mas excluiria Bolsonaro do alcance da anistia. "O presidente do Senado não deve se meter no texto. Texto é papel do relator, e cabe ao plenário decidir", disse.

Relator

De acordo com Sóstenes, a próxima semana será dedicada a conversas internas. Ele disse que os partidos de centro devem ser os principais cotados para indicar o relator da matéria. "Não falamos de nomes ainda, mas, sim, de partidos. União Brasil, Progressistas,

Republicanos e PSD são legendas possíveis", enumerou.

Embora evite fixar datas, o líder do PL avaliou que a pressão política deve aumentar após o julgamento de Bolsonaro no Supremo. "O compromisso de pautar existe desde fevereiro. Agora, estamos nos finais. O plenário será soberano: se tiver votos, aprova; se não, rejeita", concluiu.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também entrou no jogo político. Segundo apurou o **Correio**, ele tem atuado como fiador da anistia ampla, em articulação com o Centro e sob orientação de Bolsonaro. Tarcísio manteve conversas com líderes como Ciro Nogueira (PP-PI), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e com Motta para consolidar apoios.

Para livrar Bolsonaro

» ISRAEL MEDEIROS

Uma minuta do texto da anistia que circula nos bastidores da Câmara veio a público ontem. A proposta, costurada por deputados de oposição, daria condições para tornar novamente elegível o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O rascunho tem caráter amplo e beneficiaria quem atentou contra as instituições democráticas desde 14 de março de 2019.

Entre as investidas citadas, estão ofensas ou ataques a instituições públicas, ou seus integrantes; descrédito ao processo eleitoral ou aos Poderes da República; reforço à polarização política; geração de animosidade na sociedade brasileira ou situações semelhantes. Bolsonaro se encaixa em todas as categorias.

"Fica concedida anistia a todos aqueles que, no período compreendido entre 14 de março de 2019 e a data em vigor desta lei, tenham sido ou estejam sendo, ou, ainda, eventualmente, possam vir a ser investigados, processados ou condenados", diz o artigo 1º, que antecede a lista.

O texto também livra de investigações e condenações os responsáveis por financiar acampamentos e movimentos golpistas, assim como aqueles que prestaram "apoio administrativo, logístico", estímulo, incentivo, ou qualquer contribuição.

Também há uma alínea específica, que prevê anistia até para aqueles que participaram de "associações criminosas" ou "milícias privadas".

Segundo a alínea, serão anistiados, ainda, aqueles enquadrados em "dano contra o patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado, incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso, organização criminoso, associação criminoso ou constituição de milícia privada".

Há, também, previsão para livrar aqueles que contribuíram com desinformação sobre "partidos, candidatos, governos, eleições ou agentes políticos".

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (PT-RJ), disse, ontem, que a minuta da anistia que circula na Câmara é "absolutamente inconstitucional" e configura uma "blindagem pessoal".

Ele alertou para o risco de uma ruptura institucional. "O projeto confronta diretamente o STF e a Justiça Eleitoral ao anular processos conduzidos com base em decisões colegiadas. Caso aprovado, pode abrir uma crise institucional, pois equivaleria a declarar inválido o esforço de responsabilização dos atos golpistas de 8 de Janeiro, além de deslegitimar o sistema eleitoral", disparou.

Marluce Caldas e Carlos Brandão são empossados no STJ

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) empossou, ontem, seus novos ministros, Marluce Caldas e Carlos Pires Brandão. Ambos foram nomeados pelo presidente da República em 20 de agosto, após aprovação de suas indicações, pelo Senado Federal, para ocupar respectivamente as vagas abertas com as aposentadorias da ministra Laurita Vaz, em outubro de 2023, e da ministra Assusete Magalhães, em janeiro de 2024.

A solenidade, realizada no plenário da Corte, reuniu autoridades dos Três Poderes e teve como destaque a presença de quatro dos cinco ministros que compõem a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF): Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Luiz Fux. O colegiado está atualmente sob os holofotes nacionais por ser o responsável pelo julgamento da Ação Penal 2668, conhecida como o processo da trama

golpista, que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados dele.

Também participaram da cerimônia o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB); e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

O evento foi conduzido pelo presidente do STJ, ministro Benjamin Herman, que destacou a trajetória dos novos integrantes da Corte e desejou felicidades na nova etapa. Em seu discurso, relembrou os marcos da carreira de Marluce Caldas, que ingressou no Ministério Público de Alagoas (MPAL) em 1986 e construiu sua atuação sobretudo nas áreas criminal e de direitos humanos.

Já Carlos Pires Brandão, além de exercer, desde 2015, a função de desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), é professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí.

Fotos: Gustavo Lima/STJ



Maria Marluce Caldas Bezerra

A ministra tem pós-graduação em direito constitucional e processual. Entrou para o MPAL em 1986 e, em 2021, foi promovida ao cargo de procuradora de Justiça. Fez sua carreira na área criminal e de direitos humanos, tendo participado das discussões que culminaram na promulgação da Lei Seca.



Carlos Augusto Pires Brandão

O ministro é mestre em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e doutor em ciências jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Natural de Teresina, tomou posse como juiz em 1997 e se tornou desembargador do TRF1 em 2015. É professor do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Piauí.